



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:

(DO SR. EDISON ANDRINO) *PMDB SC*

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade.

DESPACHO:

07/11/2000 - (ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, EM *11/11/00*

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
<i>CEED</i>	<i>12/12/2000</i>
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): <i>Luiz Antônio</i>	Presidente: <i>Waldir</i>
Comissão de: <i>Educação, Cultura e Desporto</i>	Em: <i>03/04/01</i>
A(o) Sr(a). Deputado(a): <i>Joel Holanda</i>	Presidente: <i>Waldir</i>
Comissão de: <i>Educação, Cultura e Desporto</i>	Em: <i>20/06/01</i>
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA
CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.701

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

03

MÊS

04

ANO

2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

Márcia

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Distribuído à Relatora, Dep. Nice Noboa.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA
CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.701

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

30

MÊS

05

ANO

2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

maria

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Devolvido pela relatora, Dep. Nice Noboa, sem parecer.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

03

CASA
CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.701

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

20

MÊS

06

ANO

2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

Márcia

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Redistribuído ao relator, Dep. Joel de Hollanda.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

4

CASA
CD

LOCAL

CECD

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA

TIPO

PL

NÚMERO

3.701

ANO

2000

DATA DA AÇÃO

DIA

05

MÊS

10

ANO

2001

RESPONSÁVEL PREENCHIMENTO

HEC/O

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

PARECER DO RELATOR, DEP. JOEL DE HOLLANDA,
PELA REJEIÇÃO.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.701, DE 2000
(DO SR. EDISON ANDRINO)

Torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O diploma de curso superior só será reconhecido pelo Ministério da Educação após conclusão, pelo estudante universitário, de estágio em comunidade carente de sua cidade.

Parágrafo único. O estágio referido no caput integrará a grade curricular de todos os cursos superiores e será constituído por aulas práticas realizadas nas comunidades carentes.

Art 2º. As universidades ficam obrigadas a fornecer todo o material necessário para que o aluno desempenhe suas atividades de estágio.

Art. 3º. As universidades serão responsabilizadas por qualquer ação ou dano decorrente dos estágios de seus estudantes nas diversas comunidades em que se realizarem.

Art. 4º. O estágio será adaptado à realidade de cada estado.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO



Este projeto pretende solucionar um dos grandes problemas enfrentados pelo ensino superior, qual seja, a falta de aprendizado prático. Busca, por outro lado, melhorar o atendimento às comunidades carentes de nosso País.

As comunidades carentes não conseguem ter acesso a médicos, dentistas, psicólogos, engenheiros, etc. Com este projeto teriam, gratuitamente, acesso a esses profissionais.

Quantas famílias com problemas de saúde! Quantas residências com instalações precárias que colocam em risco a vida dos que nela vivem!

Muitos acadêmicos procuram estágio sem remuneração, para poderem colocar em prática seus conteúdos. Percebe-se, assim, a carência dos cursos superiores no que diz respeito a este aspecto do aprendizado.

O projeto de lei que ora apresentamos proporcionará melhor integração entre o mercado de trabalho e as universidades.

Deverá, além disto, contribuir, de maneira decisiva para o atendimento de populações carentes de forma muito barata para o País, além de promover um efetivo exercício de cidadania e qualificar futuros profissionais para o mercado de trabalho.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2000.


Deputado Edison Andrino

00725300.145

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	11/09 às 15:00
Nome	Paulo
Ponto	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.701/00

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 06 de abril de 2001, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2001


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI N.º 3.701, DE 2000

Torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade.

Autor: Deputado EDISON ANDRINO

Relator: Deputado JOEL DE HOLLANDA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 3.701, de 2000, apresentado pelo ilustre Deputado Edison Andrino estabelece que o diploma de curso superior somente será reconhecido pelo Ministério da Educação, após o cumprimento, pelo estudante, de estágio curricular realizado em comunidade carente de sua cidade.

Determina, ainda, a obrigatoriedade do estágio para todos os cursos de nível superior, competindo às universidades a responsabilidade de oferecer todo o material necessário ao estágio, bem como por danos decorrentes das ações dos estagiários.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II - VOTO DO RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei do ilustre deputado Edison Andrino é proposto com o objetivo de solucionar um dos grandes problemas do ensino superior, qual seja a falta de aprendizado prático. Além disso, pretende melhorar o atendimento às comunidades carentes.

O Projeto de Lei cria um novo critério para reconhecimento de diploma por parte do Ministério da Educação, a saber a realização de estágio curricular junto a comunidades carentes, alterando o procedimento atual.

Ora, se o estágio é parte do currículo do curso, não procede atribuir ao MEC o reconhecimento de diploma, pois o aluno só recebe seu diploma, emitido pela instituição, após o cumprimento de todos os requisitos curriculares, aí incluída a realização do estágio. Além disso, as instituições que são credenciadas como universidades têm a prerrogativa de registrar seus próprios diplomas, conforme determinação da Lei de Diretrizes e Bases, em consonância com o bom senso que a prática já ensinou.

O Projeto atribui às universidades a responsabilidade pelo fornecimento de todo o material necessário para o desempenho das atividades do estágio proposto. Ainda que salutar, esta proposição, se levada a pleno termo, tornaria os estágios extremamente caros, uma vez que, nem sempre, os locais de estágio teriam todas as condições desejáveis para a adequada realização da atividade. As instituições de educação superior, públicas e privadas, lutam com extrema dificuldade para proporcionar boas condições de estágio a seus alunos – e devem ser estimuladas a tanto - mas não poderiam ser responsabilizadas por suprir condições e/ou materiais e equipamentos que as instituições beneficiadas com o estágio, por ventura, não disponham.

O Projeto de Lei estabelece, ainda, que as universidades são responsáveis por qualquer dano ou ação decorrente dos estágios de seus estudantes. Esta proposição, de difícil operacionalização, já está contemplada nas normas de estágio pertinentes a cada curso, que, em geral, estabelecem a exigência da presença de um supervisor de estágio como contrapartida por parte da instituição/empresa recebedora do estagiário. Esta condição visa evitar situações de risco tanto para o estudante quanto para as pessoas ou equipamentos envolvidos nas ações do estagiário. A Lei n.º 6.494/1977, que regulamenta estágio curricular, prevê, em seu artigo 4º, que o estudante deve estar segurado contra acidentes pessoais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cabe observar, por fim mas não menos importante, a determinação de que os estágios ocorram em "comunidade carente de sua cidade". O argumento apresentado pelo ilustre Autor refere-se ao benefício que seria oferecido às comunidades carentes pelos estagiários de medicina, psicologia, odontologia etc.

Parece-nos que esta não é a maneira mais adequada de atender à população que paga impostos e tem o direito de ser atendida por profissionais competentes e plenamente responsáveis por seus atos, o que não se pode esperar dos estagiários. Este tipo de proposição parece ter subjacente dois princípios com os quais não podemos concordar. Primeiro, está implícita na proposta a desobrigação do Poder Público com a oferta de serviços essenciais à população. Segundo, e em decorrência do anterior, supõe que a população carente pode receber serviços oferecidos por estagiários, pois um dos objetivos explícitos na justificativa do Projeto de Lei é melhorar o atendimento às comunidades carentes.

A intenção de melhorar e ampliar o atendimento à população é louvável e urgente e, por isso, merece todo nosso apoio. No entanto, não serão medidas paliativas e descontinuadas que garantirão à população o seu direito a um atendimento continuado e de qualidade.

Por estas razões, em que pese os salutaros objetivos que orientam a proposição do ilustre deputado Edison Andrino, nosso parecer é pela rejeição do Projeto de Lei n.º 3.701/2000.

Em 02 de outubro de 2001
[Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI N.º 3.701, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.701/2000, nos termos do parecer do Relator, Deputado Joel de Hollanda.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Walfrido Mares Guia, Presidente; Átila Lira e Celcita Pinheiro, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Costa Ferreira, Dino Fernandes, Eduardo Seabra, Esther Grossi, Flávio Arns, Gastão Vieira, Ivan Valente, João Matos, Jonival Lucas Junior, Luis Barbosa, Miriam Reid, Nelo Rodolfo, Nice Lobão, Osvaldo Biolchi, Paulo Lima, Paulo José Gouvêa, Professor Luizinho, Tânia Soares, Joel de Hollanda, Clementino Coelho, Clóvis Volpi e Djalma Paes.

Sala da Comissão, em 5 de dezembro de 2001

Deputado WALFRIDO MARES GUIA
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.701-A, DE 2000 (DO SR. EDISON ANDRINO)

Torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto pela rejeição (relator: DEP. JOEL DE HOLLANDA).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 3.701-A, DE 2000**
(DO SR. EDISON ANDRINO)

Torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade; tendo parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto pela rejeição (relator: DEP. JOEL DE HOLLANDA).

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 08/11/00*

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 234 /01 CECD
Publique-se.
Em 05/02/02


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 7100 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício nº P-234/COECD

Brasília, 5 de dezembro de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do PROJETO DE LEI Nº 3.701/2000, do Sr. Edison Andrino, que "torna obrigatório estágio semestral de estudantes universitários, como atividade curricular do último semestre do curso, em comunidades carentes de sua cidade", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente,


Deputado WALFRIDO MARES GUIA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aécio Neves
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

SECRETARIA - GERAL DA MESA			
Recebido	<i>Francis</i>		
Órgão	<i>C.C.P.</i>	n.º	<i>4377/01</i>
Data:	<i>05/02/02</i>	Hora:	<i>13:30</i>
Ass:	<i>[Signature]</i>	Ponto:	<i>2751</i>